



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Negociação fracassada **Professores param hoje**

"Governo do Estado não apresenta proposta de implantação do piso nacional do magistério e trabalhadores entram em greve."

(DC, 18/5, Reportagem Especial, p. 4 e 5)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 18/5/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 18/5/11
Assunto: Negociação fracassada – Professores param hoje		Página: 4 e 5

NEGOCIAÇÃO FRACASSADA

Professores param hoje

Governo do Estado não apresenta proposta de implantação do piso nacional do magistério e trabalhadores entram em greve

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

A greve dos professores da rede estadual começa hoje, sem prazo para acabar e sem qualquer proposta concreta do governo. Os trabalhadores reivindicam o pagamento do piso nacional do magistério, de R\$ 1.187,90, e esperavam iniciar ontem as negociações, numa audiência com secretários da Administração e Educação e o procurador-geral do Estado. Outra reunião foi marcada para segunda-feira.

O encontro frustrou os representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), que esperam por uma proposta de implantação do piso pelo governo desde abril, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou constitucional a lei nacional do piso.

Eles tinham dado até 11 de maio para o Estado se manifestar. Como não houve proposta, os professores decidiram, na quarta-feira passada, cruzar os braços a partir de hoje.

A possibilidade de greve levou

alunos da rede pública a protestarem contra o governo e em apoio às reivindicações dos professores.

Na audiência de ontem, o governo não apresentou nenhum plano de implantação do piso e alega que isso custaria R\$ 100 milhões por mês.

– O governo não tem como pagar isso – garantiu o secretário da Edu-

cação, Marco Tebaldi, após a reunião.

O secretário, único autorizado a falar sobre o assunto, não soube explicar como se chegou a esse gasto mensal e nem como seria pago o piso. Ele informou que nos próximos dias serão feitas simulações de aumento na folha de pagamento dos servidores. O Sinte entendeu que os

R\$ 100 milhões seriam gastos caso o governo pagasse o piso de R\$ 1.187, previsto para formação de nível médio, e repassasse o valor do reajuste para graduados e pós-graduados.

O secretário da Administração, Milton Martini, e o secretário-adjunto de Educação, Eduardo Deschamps, não puderam falar.

Tebaldi voltou a dizer que é preciso aguardar a publicação do acórdão – um texto que transcreve todos os votos dos ministros do STF e a decisão final – para esclarecer dúvidas, principalmente em relação à questão da incorporação das gratificações ao salário. Apesar disso, para ele o encontro foi positivo.

– Foi um início de conversa e esperamos apresentar alguma solução na próxima semana.

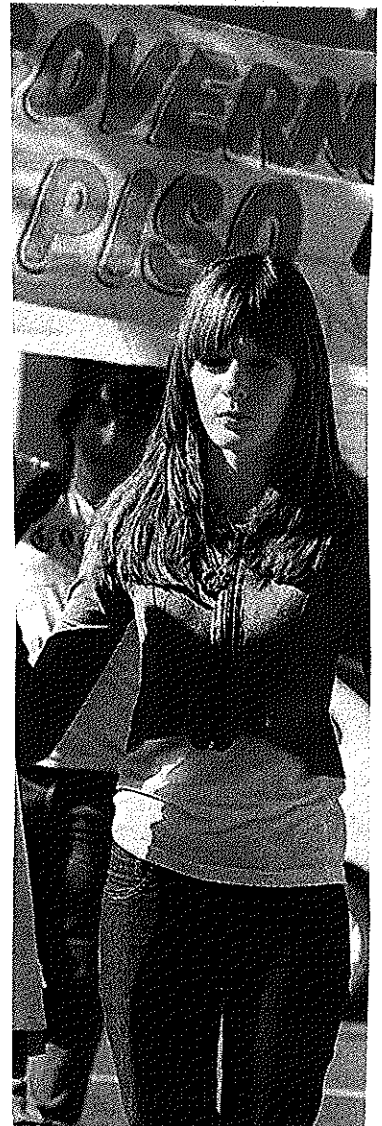
A coordenadora geral do Sinte, Alvet Bedin, lamentou o resultado do encontro. Para ela, o governo não pode dizer que não tem dinheiro, pois o piso foi aprovado em 2008 e haveria tempo de se preparar. Os professores aceitam que o governo incorpore o valor do prêmio Educar (veja quadro) ao salário, mas, não abrem mão da regência de classe.

– A regência é um incentivo a mais para o professor dar aula. Não podemos perder essa gratificação – explicou a secretária-geral do Sinte, Anna Júlia Rodrigues.

julia.antunes@diario.com.br

MARCO TEBALDI
Secretário da Educação

Este foi um início de conversa e esperamos apresentar alguma solução na próxima semana.



O piso é lei e a valorização dos professores é o primeiro passo para melhorar a educação.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 18/5/11
Assunto: Negociação fracassada – Professores param hoje		Página: 4 e 5

TABELA SALARIAL BASE			
	Níveis	Como é hoje	Como ficaria
Magistério de 2º grau	1	609,46	1.187,97
	2	661,14	1.288,71
	3	717,19	1.397,99
Licenciatura de 1º grau	4	778,01	1.516,54
	5	843,99	1.645,14
	6	915,56	1.784,65
Licenciatura plena	7	993,20	1.935,99
	8	1.077,42	2.100,16
	9	1.168,78	2.278,26
Pós-graduação	10	1.267,90	2.471,45
	11	1.375,41	2.681,03
	12	1.492,05	2.908,39

COMO É O SALÁRIO DO PROFESSOR HOJE?

Salário-base

+ R\$ 200 ← Prêmio Educar (para quem trabalha em sala de aula)

+ Regência de classe ← Séries iniciais (até 5º ano) 40% sobre o piso salarial / Séries finais (6º ao 9º ano) 25%

Total de professores ativos e aposentados: **63.710**

No interior, o apoio dos estudantes

Blumenau/Chapecó

Em Chapecó, estudantes da rede estadual fizeram ontem manifestações contrárias à greve, mas favoráveis às reivindicações dos professores. No protesto, os alunos pressionaram o governo do Estado a negociar um acordo.

– O piso é lei e a valorização dos professores é o primeiro passo para melhorar a educação – diz o presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas, Marcos Vinícius Jerônimo.

Ele afirma que os alunos serão prejudicados com a greve.

– Quem vai prestar vestibular e Enem vai ter prejuízo – afirma.

Na Escola Estadual Irmã Maria Teresa, de Palhoça, na Grande Florianópolis, os alunos usaram as redes sociais para organizar a mobilização a favor dos professores. Na Capital, alunos de uma escola do Bairro Ribeirão da Ilha promoveram um abaixo-assinado que deverá ser encaminhado à prefeitura e que, entre outras coisas, pede por melhores salários para o magistério.

Governador diz não ter como pagar

Ostbevern, Alemanha

ROBERTO AZEVEDO

Passava do meio-dia na Alemanha, 7h em Florianópolis, e o governador Raimundo Colombo enviava orientações ao secretário da Administração, Milton Martini, ao telefone, de como proceder na reunião com os representantes do Sinte, que ocorreria duas horas depois. O contato era feito na rua, em meio a um chuveiro, longe do restante da comitiva catarinense.

Colombo andava de um lado para outro, em uma ligação que durou mais de 10 minutos. Os contatos se intensificaram durante o dia, e foi Martini que comunicou ao governador que a greve estava mantida para hoje.

Já em Frankfurt, logo depois de desembarcar do voo que o trouxe de Munique, Colombo disse que era impraticável para o governo bancar um reajuste linear.

– Os 98% de impacto na folha não seriam suportados pelo Estado – garante o governador.

Colombo disse que a negociação não deve parar e espera o entendimento. Ele diz entender que o momento faz parte da vida pública, vê que existe um movimento organizado em torno de um tema justo, mas não tem como comprometer a arrecadação.

ANNA JÚLIA RODRIGUES
Secretária-geral do Sinte

A regência é um incentivo a mais para o professor dar aula.

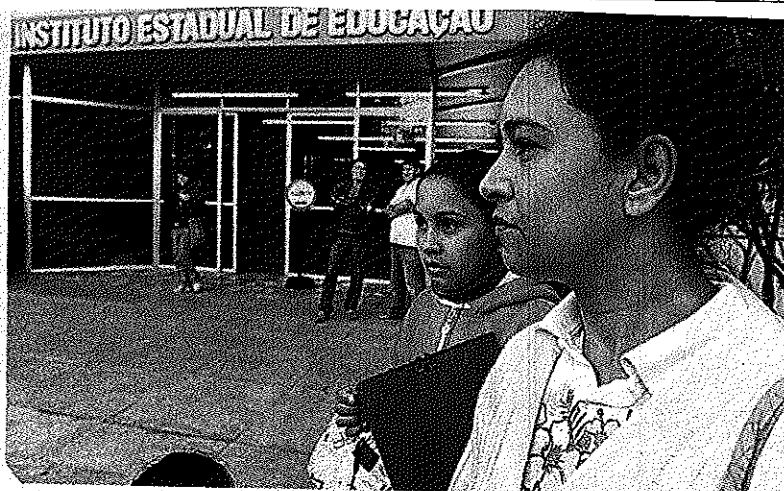
Não podemos perder essa gratificação.





CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 18/5/11
Assunto: Negociação fracassada – Professores param hoje		Página: 4 e 5



Rosemere é uma das poucas que terá como cuidar da filha durante a greve

Pais se preparam para folga forçada

GABRIELLE BITTELBRUN

Seja qual for a abrangência da greve na rede pública estadual – que tem 1.350 escolas e cerca de 700 mil alunos – não só os estudantes serão afetados. A interrupção das atividades do magistério deve atingir também os pais dos estudantes.

Sílvia Regina Gomes é vigilante e teve que pedir licença do trabalho para cuidar dos filhos, Wellington e Carlos Alberto. Como não tem com quem deixar as crianças de oito e 11 anos, que estudam no Colégio Estadual Henrique Stodiek Esteves, na Capital, ela não quer “nem pensar” na possibilidade da greve continuar.

– Tenho esperança de que eles (governo e professores) cheguem a um acordo – afirma.

Rodrigo de Sousa, pai de Geovanna Inácio, 11 anos, apoia a causa dos professores. Mas ele destaca a falta de opção dos pais diante da greve do magistério na rede estadual.

– A gente mesmo não tem que achar nada, eles fazem a greve e pronto – diz Rodrigo.

Ele lembra ainda que, quando foi estudante, sofreu com as greves. Rodrigo disse que esquecia a matéria no período sem aula e acha que a fi-

lha também pode perder o ritmo de aprendizagem. Além disso, destaca as dificuldades dos pais que trabalham fora de casa em ficar com as crianças num período que não estava no planejamento.

Com a greve na escola da filha, o Instituto Estadual de Educação (IEE), a saída dele seria apelar para os tios que ficam em casa cuidarem da menina durante o período em que ela deveria estar na aula.

Dona de casa aliviada por conseguir ficar com a filha

Rosemere Vieira está aliviada por ser dona de casa e poder ficar com Ingrid, 11 anos, neste período de interrupção das atividades escolares. Ela acha que a greve atrasa todo o plano de aulas, mesmo que depois haja reposição do conteúdo perdido.

– Eu não sei direito as reivindicações dos professores, mas sei que prejudica o aprendizado das crianças – lamenta a mãe.

Mas, se a mãe é contra, Ingrid não liga de ficar em casa de manhã.

– Eu vou dormir! – comemora.

Segundo a coordenação do IEE, serão interrompidas as aulas a partir do 6º ano do ensino fundamental.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 18/5/11
Assunto: Negociação fracassada – Professores param hoje		Página: 4 e 5

Professores



Os professores querem que o piso seja pago e o reajuste do valor

se dê em todos os níveis (do magistério ao pós-graduado). Eles aceitam que, para se chegar ao piso, o governo incorpore o Prêmio Educar (R\$ 200) ao salário. Mas não aceitam que deixe de pagar a regência de classe (um percentual sobre o salário-base). Os professores entendem que a decisão do STF obriga o Estado a pagar o piso, sem necessidade de publicação do acórdão no *Diário da Justiça*, porque a lei não poderia mais ser mudada. Para eles, a lei é clara: piso é o salário e não a remuneração total do contracheque. Ou seja, ao salário não podem ser somados abonos para se chegar ao valor final, como SC tem feito. A greve foi deflagrada porque, na visão deles, há três anos esperam pela aplicação do piso nacional.

Governo



Sem a decisão do STF publicada, o governo questiona o entendimento da

lei. Entende que, sem o acórdão, não é possível saber como a lei deve ser aplicada. Para ele, não fica claro se salário é o vencimento inicial, ou pode ser o total da remuneração, com a adição de abonos ao salário base.

Por causa disso, o Estado decidiu, por enquanto, apenas pagar o valor do piso salarial de R\$ 1.187 aos professores que ainda não ganhavam este valor, somando ao salário-base da categoria as gratificações de regência de classe e prêmio Educar.

O governo assegura que a intenção do governador Raimundo Colombo é cumprir o que diz a lei e pagar o piso. Mas teme tomar uma decisão precipitada.

O que diz a lei



Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do

magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

§ 1º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 horas semanais.



Sem ter com quem deixar os filhos, Sílvia Regina pediu licença do emprego



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 18/5/11
Assunto: Diversos		Página: 3

A greve é legal

Qualquer que seja a interpretação que se dê à decisão dos professores de protestar contra o governo, com a paralisação total das atividades, haverá uma voz mais forte que ressoará pelo Estado como poderoso alto-falante: “A greve é legal”. Legal, porque os professores da rede estadual de ensino suspendem o trabalho para exigir que o governo cumpra a lei. Aliás, uma norma jurídica de caráter federal, já vigente em vários estados brasileiros desde sua sanção, em 2008. Portanto, a pressão chega até tarde. Fica para o magistério e a sociedade a convicção de que os ex-governadores Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan decidiram prorrogar o cumprimento da lei, impetrando ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal apenas para ganhar tempo. Agora, a bomba explode no colo de Raimundo Colombo e Eduardo Moreira. Se a motivação dos governadores dos seis estados que impetraram a Adin não foi protelatória, eles e os sucessores tinham a obrigação legal de contingenciar as verbas necessárias ao pagamento do benefício. Um dia ele teria que ser pago.

Quer dizer: os professores poderiam ter ido às ruas em 2008, mas, legalistas, decidiram aguardar o pronunciamento do Supremo. Agora, o governo vale-se de um argumento que pode ter fundamento jurídico, como sustenta o procurador-geral, Nelson Serpa. Mas não se sustenta politicamente num jardim de infância: a tese de que é preciso conhecer o inteiro teor do acórdão do Supremo para autorizar o pagamento do piso salarial. A lei federal já define de forma clara que piso é vencimento básico. O Supremo decidiu, também de maneira cristalina, que piso é vencimento e não remuneração. Mas, outra vez equivocados, o governo quer ganhar tempo com alegação que não cola.

SURPRESAS

A greve é legal se considerar o termo na expressão usual dada pelos jovens. Ficou na assembleia geral um cenário escancarado: os professores estão indo para a greve desolados, indignados, frustrados pelos baixos salários e pelo não pagamento do piso, sim! Mas também convencidos do direito e de peito aberto, quase felizes em levar a bandeira para a população.

Esta greve, por todos os indicativos, não é do PT, do PSTU, do PSOL ou do PC do B, partidos de esquerda que outrora oxigenaram o movimento. Esta paralisação é do magistério catarinense. Professores calejados que nunca vieram a assembleia estavam no CentroSul; jovens que optaram pela educação sem se envolver com partido político marcaram presença. Muita gente do DEM de Raimundo Colombo e do PMDB de Eduardo Moreira enfileirou-se na multidão que tomou a Praça XV.E, curioso: não eram palavras de ódio contra este ou aquele político. Mas de frustração contra os eleitos e, sobretudo, de indignação contra o governo como um todo.

O fato é que os professores parecem cansados de pedir melhores salários. Saíram derrotados de outras greves. Mas agora é diferente. Eles estão abraçando a lei federal e a decisão do Supremo para terem melhores condições de trabalho. Décadas de dedicação a seus alunos sem o reconhecimento financeiro do Estado; a inexistência de um plano de carreira que incentive a crescente formação profissional; a impossibilidade de preparar melhor as atividades escolares; a absoluta falta de condição financeira para comprar livros, ter acesso a jornais e revistas; e até o sonho de um mínimo de qualidade de vida para suas famílias. Sentimentos, constatações e aspirações que se fortalecem quando eles assistem, pelos meios de comunicação, a bilhões e bilhões de reais sumindo pelo ralo da corrupção, que se espalha como rastilho de pólvora diante da sociedade cada vez mais perplexa. Esta greve tem outra característica, e por isso tende a surpreender o governo no seu quinto mês de mandato.

Para os professores, a greve é superlegal. É, também, a última bala, o último recurso e a última esperança.



CLIPPING

Veículo: http://www.notisul.com.br/	Editoria: Geral	Data: 18/5/11
Assunto: 70% devem parar na região a partir de hoje		Página: Online

70% devem parar na região a partir de hoje

A greve, por tempo indeterminado, foi deflagrada por conta do não cumprimento da lei que institui o piso nacional da categoria.

Zahyra Mattar

Tubarão

Sem acordo, apesar de tentativa desesperada do governo do estado ontem, os professores da rede estadual de ensino cruzam os braços hoje. A greve, por tempo indeterminado, já era costurada desde a quarta-feira a semana passada, quando mais de sete mil educadores reuniram-se, em Florianópolis, para reivindicar o cumprimento da lei que institui o piso nacional dos professores.

O Supremo Tribunal Federal confirmou a validade da lei, que desde a implantação no país, em 2007, não é cumprida em Santa Catarina. Isto porque o governo do estado ajuizou uma ação onde contestava a validade da norma. Agora, com a definição em última instância, os professores exigem o pagamento imediato.

“Hoje (ontem), na reunião com a secretaria de educação, esperávamos por uma nova proposta, mas não trouxeram nada novo. Queremos o piso como manda a lei: que seja o vencimento inicial de carreira. O estado quer unir benefícios para chegar ao valor”, explica a coordenadora estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte/SC), Alveté Pasin Bedin.

Em 20 dias, o secretário estadual do planejamento, Filipe Mello, reúne-se com a ministra do planejamento, Mirian Belchior, para definir de que forma o governo federal pode realizar um complemento financeiro ao estado para o pagamento do piso salarial nacional, cujo valor é de R\$ 1.187,97. Segundo Mello, o impacto da lei é de aproximadamente R\$ 1 bilhão por ano na folha salarial da secretaria de educação.

Previsão é que 70% dos professores parem hoje

Se a greve deflagrada hoje pelos professores da rede estadual de Santa Catarina for unânime como a paralisação feita na semana passada, o governo do estado precisa agilizar a fórmula para o pagamento do piso. Santa Catarina possui hoje 39.174 professores e são 700 mil alunos. Caso a previsão do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte/SC) se confirme, cerca de 500 mil estudantes ficarão sem aula hoje, com tendência aumentar este número nos próximos dias.

“Conforme nosso contato com as bases regionais, acredito que dificilmente terá uma região com menos de 70% dos professores paralisados. Existem locais onde a adesão já está em 100%, inclusive com anuência dos pais e alunos, tão cansados quanto nós de ver suas escolas caindo aos pedaços”, confirma a coordenadora estadual do Sinte, Alveté Pasin Bedin.

Na região de Tubarão, a previsão inicial é que 70% dos professores cruzem os braços a partir de hoje. Na gerência regional de educação em Braço do Norte, há um total de 15



escolas e aproximadamente 460 professores. Na de Tubarão, são 43 escolas e 787 educadores.

Calendário da greve em Santa Catarina

Como foi frustrante a reunião feita ontem de manhã, entre a coordenação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte/SC) e a diretoria da secretaria estadual de educação, para ambas as partes, está definida uma espécie de pré-calendário de negociação.

Na manhã da próxima segunda-feira, uma nova tentativa de rever a fórmula de pagamento do piso nacional dos professores será feita. O Sinte aguarda uma nova proposta do governo do estado, já que recusa qualquer cláusula de agregação de benefícios para completar o valor do novo salário base (R\$ 1.187,97).

Independente do que for apresentado pelo estado, o comando geral de greve repassará a proposta às bases regionais do Sinte, a fim de que julguem o teor em suas assembleias. Caso a maioria considere os itens favoráveis, os professores podem retornar ao trabalho já na próxima quarta-feira. Caso contrário, seguirão com os braços cruzados.



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Geral	Data: 18/5/11
Assunto: Professores entram em greve		Página: 12

ENSINO

Professores entram em greve

Sem proposta concreta do Estado sobre implantação do piso, profissionais paralisam atividades

BLUMENAU - A greve dos professores da rede estadual começa hoje, sem prazo para acabar e sem nenhuma proposta concreta apresentada pelo governo. A estimativa do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) é de que 50% das 33 escolas estaduais de Blumenau fiquem sem aula. Um relatório sobre a adesão ao movimento será divulgado após as 13h.

Para as 14h está marcada uma reunião na Escola Pedro II. O tema será o encontro dos professores com o governo do Estado, ocorrido ontem em Florianópolis, que frustrou os representantes do Sinte. Os profissionais esperam uma proposta de implantação do piso pelo governo desde abril, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou constitucional a lei nacional do piso do magistério. Eles deram até 11 de maio para o Estado se manifestar. Como não houve proposta, os professores decidiram, em assembleia estadual feita quarta-feira, paralisar as atividades a partir de hoje.

Na audiência de ontem, o governo mais uma vez não apresentou nenhum valor e alegou que para pagar o piso de R\$ 1.187 – previsto para formação de nível médio, e repassar o valor do reajuste para os outros níveis – teria de desembolsar R\$ 100 milhões por mês.

– O governo não tem como pagar isso – argumentou o secretário da Educação, Marco Tebaldi, após a reunião.

Ele voltou a falar que é preciso aguardar a publicação do acórdão – um texto que transcreve todos os votos dos ministros do STF e a decisão final – para esclarecer dúvidas, principalmente em relação à questão da incorporação das gratificações ao salário, para se chegar ao valor do piso. Apesar disso, para ele o encontro foi positivo.

– Foi um início de conversa. Abrimos esse canal de comunicação e vamos continuar na próxima semana, quando esperamos apresentar alguma solução.

A coordenadora geral do Sinte, Alvete Bedin, lamentou o resultado da audiência. Para ela, não é aceitável a posição de que o governo não tem dinheiro, porque desde 2008, quando a lei do piso foi sancionada, ele



teve tempo para se preparar para isso.

– Ele precisa dar um jeito, porque a lei precisa ser cumprida – ressaltou.

Os professores aceitam que, para pagar o piso, o governo incorpore o valor do prêmio Educar ao salário. Porém, eles não abrem mão de receber regência de classe.

– A regência é um incentivo a mais para o professor dar aula, não podemos perder essa gratificação – explicou a secretária geral do Sinte, Anna Júlia Rodrigues.

A expectativa é de que uma proposta seja apresentada segunda-feira. A audiência será entre representantes do governo e o comando de greve, a ser definido nos próximos dias.

O governo do Estado foi procurado para explicar como chegou ao gasto de R\$ 100 milhões mensais e por que não teria dinheiro para pagar o piso, mas não retornou as ligações.



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Geral	Data: 18/5/11
Assunto: Maiores escolas estaduais de Blumenau estão sem aulas		Página: online

Maiores escolas estaduais de Blumenau estão sem aulas por causa de greve

Só na Escola de Educação Básica Santos Dumont parte das aulas está mantida

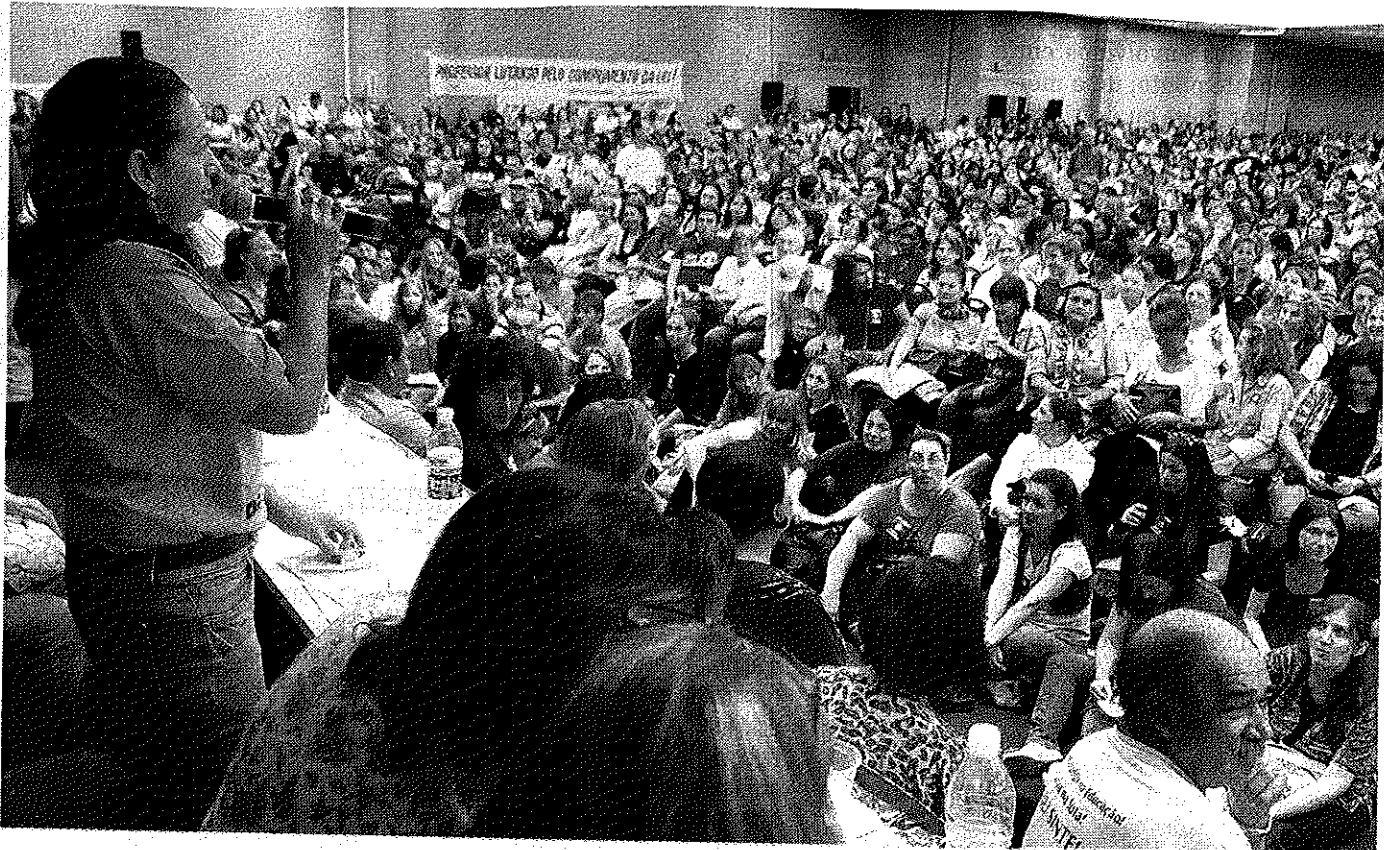
Professores das maiores escolas estaduais de Blumenau aderiram à greve da categoria. Dos quatro maiores educandários, apenas sete turmas do 1º ao 5º ano da Escola de Educação Básica Santos Dumont têm aulas. Entretanto, dos 210 alunos que frequentam as classes, menos de 50 estão em sala de aula.

Na Escola de Educação Básica Pedro II, todos os professores aderiram à greve. No Luiz Delfino, dos 17 professores que deveriam trabalhar nesta quarta-feira, apenas um está na escola. No Adolpho Konder, 50 dos 54 professores estão paralisados. Em todas as escolas os alunos foram dispensados.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	Data: 18/05/2011
Assunto: Greve dos professores estaduais começa hoje		Página: 4



DANIEL QUEIROZ/ARQUIVO 11.05.2011

Greve dos professores estaduais começa hoje

FLORIANÓPOLIS — Os professores da rede estadual de ensino começam hoje greve por tempo indeterminado. A secretária geral do Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina), Anna Julia Rodrigues, estima que 80% da categoria deve aderir à greve no Estado. Em Florianópolis, a partir das 14h, os professores se reúnem em frente à Catedral Metropolitana como

forma de organizar a paralisação.

“A greve foi deliberada em assembleia no dia 11 e desde aquele momento não tivemos mais propostas do governo. Hoje (ontem) pela manhã tivemos uma reunião, mas não há clareza na questão da carreira do professor. Eles mantêm a proposta de pagamento de R\$1.187,08 sem considerar a tabela salarial”, explica.

Hoje todas as escolas devem

permanecer fechadas. Além da implantação do piso salarial nacional da categoria, os professores reivindicam hora atividade, realização de concursos públicos e eleição direta de diretores nas escolas, entre outros. “Há mais de seis anos não é feito concurso de ingresso. Falta professores no Estado justamente pela questão salarial”, afirma a secretária. **(Emanuelle Gomes)**

Manifestação.
Na quarta-feira passada, assembleia de 7.000 professores decretou greve para hoje



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	Data: 18/05/2011
Assunto: Greve dos professores estaduais começa hoje		Página: 4

Estudantes de Palhoça apoiam movimento

PALHOÇA — Gritando a frase “direito ao piso”, dezenas de alunos da Escola Estadual Irmã Maria Tereza, na Ponte do Imaruim, em Palhoça, saíram às ruas para manifestar descontentamento em relação à greve dos professores, marcada para começar hoje. Com cartazes nas mãos, tambores e apitos os estudantes fecharam a rua principal do bairro, a Aniceto Zacchi.

“Queremos aula e estamos nos

manifestando para mostrar que também temos poder”, destaca Rafaela Souza, 14, aluna do primeiro ano do ensino médio, turma que deu início à campanha por meio da rede social Twitter. Segundo ela, outras turmas mostraram que estavam decididas a apoiar o manifesto e também saíram para reivindicar o direito às aulas. “Estamos orgulhosos e queremos ajudar de alguma forma”, comenta. **(Mariella Caldas)**



CURTAS

Desde sexta-feira, as aulas nas escolas estaduais têm apenas 30 minutos de duração



MARCELO BITENCOURT/ND

Solidariedade. Estudantes fecharam a rua em apoio à remuneração dos docentes



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.joinville	Data: 18/05/2011
Assunto: Salário do magistério		Página: 11

Salário do magistério

Sem o piso, professores param

Profissionais da rede estadual se unem hoje aos servidores municipais em greve

A angústia de não saber se os filhos terão ou não aula já começa a afligir também pais de estudantes da rede estadual de ensino. Começa hoje a greve dos

professores das escolas do Estado, que deverão se unir aos funcionários públicos municipais, que já paralisaram os serviços há dez dias. Sem prazo para acabar, o movimento não tem nova proposta do governo.

A Gerência Regional de Educação garante que as aulas estão mantidas e os alunos não serão dispensados. Mas nas escolas onde a adesão ao movimento for maior, a tendência é de que os

alunos tenham outras atividades, como assistir a filmes.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), 80% das escolas da região já confirmaram participação no movimento. "E devemos ter uma adesão de pelo menos dez professores em cada escola, de acordo com o que observamos em nossas visitas às unidades", antecipa a representante regional do sindicato, Clarice Erhardt.

Hoje, às 9 horas, será realizada uma assembleia na sede do Sindicato dos Mecânicos. Logo depois, os grevistas prometem se unir aos servidores públicos municipais para uma passeata.

Os professores do Estado reivindicam que o piso nacional da categoria (R\$1.187,00), garantido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), seja cumprido. Hoje, 8 mil dos 60 mil professores não recebem esse valor, afirma. O piso ini-

cial oferecido pelo Estado é de R\$ 690. "O Estado fez uma proposta inicial e ofereceu um complemento para que o salário chegue a R\$1.187, mas não aceitamos essa complementação", ressalta.

A categoria deu até 11 de maio para o Estado apresentar uma nova proposta. Como não houve resposta, os professores decidiram, em assembleia estadual na quarta-feira passada, paralisar as atividades a partir de hoje.

JESSÉ GIOTTI



MANIFESTAÇÃO

Greve sem tempo determinado deve mudar a partir de hoje a rotina das escolas pelo Estado, como a do Colégio Padre Anchieta, na Capital



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN,joinville	Data: 18/05/2011
Assunto: Salário do magistério		Página: 11

O que dizem

PROFESSORES

■ Querem que o piso seja pago e o reajuste do valor se dê em todos os níveis (do magistério ao pós-graduado). Eles aceitam que, para se chegar ao piso, o governo incorpore o Prêmio Educar ao salário. Mas não aceitam que deixe de pagar a regência de classe.

■ Entendem que, com a decisão do STF, o Estado deve pagar o piso, sem necessidade de publicação do acórdão, porque a lei não poderia mais ser mudada. Para eles, a lei é clara: ao salário não podem ser somados abonos para se chegar ao valor final, como SC tem feito.

GOVERNO

■ Sem a decisão do STF publicada, o governo questiona o entendimento da lei. Entende que, sem o acórdão, não é possível saber como a legislação deve ser aplicada. Para ele, não fica claro se salário é o vencimento inicial, ou pode ser o total da remuneração, com a adição de abonos.

■ Por causa disso, decidiu, por enquanto, pagar o valor do piso salarial de R\$ 1.187 aos professores que ainda não ganhavam isso, somando ao salário base as gratificações. Assegura que a intenção é cumprir o que diz a lei e pagar o piso. Mas tem de tomar uma decisão precipitada.

O QUE DIZ A LEI

■ Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950 mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

■ § 1º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.

Sindicato diz que lei é para ser cumprida

A coordenadora geral do Sinte, Alveté Bedin, lamentou o resultado da reunião com o governo. Para ela, não é aceitável a posição de que não há dinheiro porque desde 2008, quando a lei do piso foi sancionada, o Estado teve tempo para se preparar para isso. "Ele (governo) precisa dar um jeito, porque a lei precisa ser cumprida", ressaltou.

Os professores aceitam que, para pagar o piso, o governo incorpore o valor do Prêmio Educar ao salário. Porém, eles não abrem mão de receber regência de classe. "A regência é um incentivo a mais para o professor dar aula. Não podemos perder essa gratificação", explicou a secretária geral do Sinte, Anna Júlia Rodrigues.

A expectativa é de que uma proposta seja apresentada na segunda-feira, quando ocorre mais uma reunião.

Governo não tem dinheiro para aumento

Em reunião com o Sinte ontem, em Florinópolis, o governo mais uma vez não apresentou nenhuma proposta e alegou que, para pagar o piso de R\$ 1.187, teria que desembolsar R\$ 100 milhões por mês. "O governo não tem como pagar isso", disse o secretário da Educação, Marco Tebaldi, após o encontro.

Tebaldi voltou a falar que é preciso aguardar a publicação do acórdão – um texto que transcreve todos os votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e a decisão final – para esclarecer algumas dúvidas.

"Foi um início de conversa. Vamos continuar na próxima semana, quando esperamos apresentar alguma solução", disse.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Ponto Final	Data: 18/05/2011
Assunto: Saúde e educação perdem para fundos		Página: 31

Saúde e educação perdem para fundos

Há movimentos de bastidores, tanto na Assembleia Legislativa, quanto em instâncias do governo, para reformular os fundos criados pelo governo anterior para financiar cultura, esporte e turismo. Uma análise do Tribunal de Contas do Estado, sobre contas da administração Luiz Henrique e Leonel Pavan, detectou que o Seitec (Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte) "diminuiu a base de cálculo para aplicação mínima de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde é, conseqüentemente, as respectivas

aplicações (...). Considerando todos os quatro fundos, o Estado diminuiu a base de cálculo e, conseqüentemente deixou de aplicar nas referidas áreas, no quadriênio, o montante de R\$ 486.515.193,20. Desse valor, R\$ 328.726.481,89 foram subtraídos da educação, e R\$ 157.788.711,31 da saúde". Em outras palavras, o Seitec "rouba" recursos que deveriam ser destinados às atividades-fim do Estado, aplicando-os – e muito mal – em atividades de lazer, cultura, esporte e turismo. Na prática, os fundos recebem recursos provenientes da receita tributária do ICMS.

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Ponto Final	Data: 18/05/2011
Assunto: Supersalários		Página: 31

Supersalários

A jornalista Deborah Almada observou ontem, em seu twitter, a propósito de anunciadas investigações da OAB sobre supersalários no Ministério Público: "Incrível que tenha tanto supersalário por aí e nenhum na área da educação". É fato. E os professores entram em greve a partir de hoje, para lutar por um direito negado pelo governo.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Região	Data: 18/05/2011
Assunto: Transporte Escolar		Página: 15

TRANSPORTE ESCOLAR

SDR tem proposta

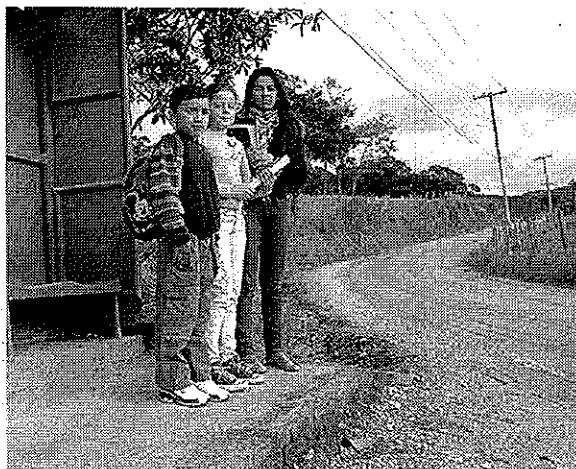
SÃO JOSÉ – A SDR da Grande Florianópolis (Secretaria de Desenvolvimento Regional) vai apresentar protocolo de intenções para aquisição de ônibus como forma de solucionar o transporte escolar dos alunos de escolas estaduais. Seria a maneira de resolver o impasse criado em Biguaçu, onde a prefeitura suspendeu o atendimento a 1.700 alunos alegando não ter recebido repasse do Estado.

“Esse protocolo é uma tentativa de acordo entre a secretaria de Educação, o prefeito de Biguaçu e o secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Renato Hinnig”, disse o chefe de gabinete, Luís Antônio.

A proposta do Estado é liberar verba para a compra de ônibus, a fim de que o transporte dos alunos se torne mais barato. O investimento seria de R\$ 400 mil, sendo 75% pagos pelo Estado e 25% da prefeitura. Ontem, o prefeito de Biguaçu, José Castelo Deschamps, confirmou que o transporte continuará suspenso no município.

“
Esse protocolo é uma tentativa de acordo entre Educação, SDR e prefeito.
”

LUÍS ANTÔNIO,
CHEFE DE
GABINETE DA SDR



WASHINGTON FIDÉLIS/16.05.2011/ND

Sem aula. Na segunda-feira, alunos ficaram na parada



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Claudio Prisco	Data: 18/05/2011
Assunto: Greve desgasta governo		Página: 20

GREVE DESGASTA GOVERNO

A greve que será deflagrada hoje pelos professores estaduais é o primeiro grande desgaste do governo Raimundo Colombo. Houve e há boa vontade em negociar, mas falta o principal: uma proposta. Ontem, ao pedir ao Sinte um pouco mais de tempo, o Centro Administrativo não deu outra alternativa à categoria senão a greve. O secretário Marco Tebaldi (Educação) até concorda em pagar o piso de R\$ 1,1 mil à categoria. É dinheiro que, mais cedo ou mais tarde, vai ter de sair dos cofres públicos. Só que ninguém sabe de onde tirar essa grana. Fala-se em um impacto de R\$ 1 bilhão ao ano.

Ontem, entre uma e outra reunião, o que mais se ouviu foi gente lembrando que nada disso estaria acontecendo se o ex-governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) e o ex-secretário Paulo Bauer (PSDB) não tivessem “empurrado” a história para o STF. Vieram ainda à tona as gratificações e abonos criados para os professores durante a transição entre os governos LHS e Leonel Pavan, o que tornou a folha mais pesada e diminui agora a margem para as negociações.

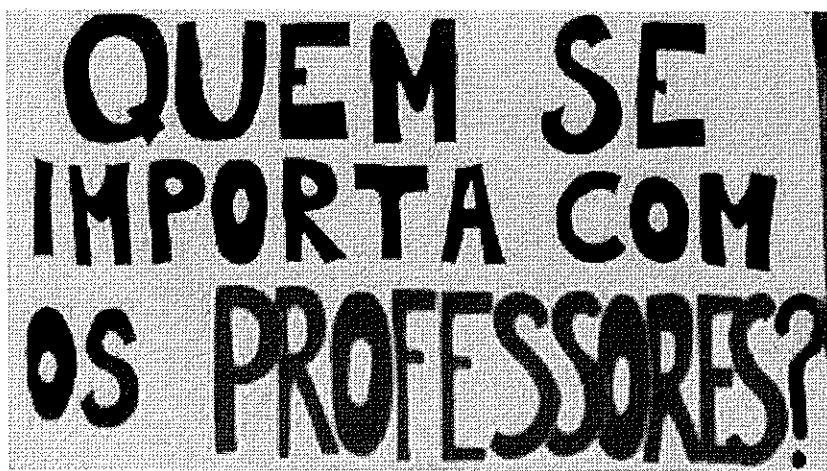
Na AL, os governistas também estão preocupados, pois sabem que logo os professores vão bater à porta. O apelo deles é para que o governo antecipe a próxima rodada das negociações (outra reunião está marcada para a segunda-feira que vem). E ofereça alguma coisa concreta à categoria.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 18/05/2011
Assunto: Começou a greve		Página: 2

Começou a greve



A reunião com representantes do governo, como já era esperado, não surtiu efeito. Os professores estão em greve a partir de hoje. Anunciam uma adesão de 70% da categoria. Apostam que o movimento ficará mais forte com base no último encontro em Florianópolis onde participaram regionais que na maioria das vezes foram contrárias a paralisações. Líderes sindicais garantem que a realidade atual é outra. O governo, por sua vez, aposta num esvaziamento. Pagou pra ver agendando para a próxima segunda-feira uma nova rodada de negociações. Conversei por telefone com o governador Raimundo Colombo que embarcava para Madrid, depois da primeira etapa lageana* de sua viagem a Europa. Ele considerou inviável a proposta da categoria, até porque criaria um impacto na folha de R\$ 98 milhões. Reafirmou que vai honrar o piso do magistério, mas aguarda o acórdão do STF onde estarão detalhados itens que podem e não podem ser absorvidos no salário. Repetiu, várias vezes, que está aberto ao diálogo e tem por compromisso a valorização do professor, que quer o reconhecimento no contracheque, que não vem. O impasse foi estabelecido e a greve mostrará se realmente a categoria está unida, diferente no governo passado, e se o governo atual terá condições de agir, além das boas intenções.

* "Lageana" porque coincidentemente na etapa da Alemanha as duas fábricas que visitou uma investirá em Lages e a segunda já tem uma unidade do município.

Apelido

Você sabia como os professores chamam o vale alimentação que recebem do governo? Tem duas versões: Vale Fome e Vale Coxinha. Isso porque são R\$ 6,00 para comerem durante o dia de atividade.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN-jaraguá	Data: 18/05/2011
Assunto: Dia do Aluno Protestar		Página: 5

MOBILIZAÇÃO

DIA DE O ALUNO PROTESTAR

Cerca de 250 estudantes da Escola Estadual Abdon Batista, de Jaraguá, fazem apitação contra o descaso na educação

O barulho poderia ser ouvido de longe. Cerca de 250 adolescentes da Escola Estadual Abdon Batista, de Jaraguá do Sul, realizaram um apitação na rua Eptácio Pessoa, no Centro, em frente ao colégio, para protestar contra o descaso na educação da rede estadual.

O grupo pedia melhorias na infraestrutura da escola, merenda e o aumento dos salários dos professores – que decidiram entrar em greve hoje. Com os gritos de “Educação – queremos a merenda na mão” e “Revoluir – revolução gera evolução”, os alunos partiram para uma caminhada até a praça Ângelo Piazero, ainda no Centro. Na praça, mais protestos: “Queremos verbas na mão”, diziam os estudantes em coro.

A quantidade de alunos que participaram da mobilização surpreendeu a estudante Paola Dalpiaz, 16 anos, que com outros quatro amigos criou o Movimento Revoluir para exigir as melhorias.

A professora de física Ana Lúcia Prates Freita registrava a manifestação com muitas fotografias. Ela explica que a situação dos professores da rede estadual é bastante complicada. “Não há muita diferença entre o salário de professores com licenciatura curta e plena. Acaba não incentivando os profissionais. Acho que esta manifestação criada pelos alunos é uma iniciativa que só vem para ajudar”, afirma a educadora.

A coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Santa Catarina (Sinte/SC) da regional de Jaraguá do Sul, Mislene Pickcius, que também é professora de história na Abdon Batista, esteve presente e aprovou a iniciativa. “Eles poderiam ficar em casa sem fazer nada. Isso mostra que os alunos estão preocupados com a situação dos professores e com a própria educação”, defendeu a coordenadora.

O diretor da Abdon, Vanderli Deulcher, contou que as aulas não ocorreram na manhã desta terça por opção dos alunos. Mas que o dia perdido será repostado. Por enquanto, ainda não há uma data confirmada. Durante a tarde, as aulas ocorreram normalmente na Abdon Batista.

caroline.stinghen@an.com.br



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN-jaraguá	Data: 18/05/2011
Assunto: Abaixo-assinado por melhorias		Página: 5

MOBILIZAÇÃO

Abaixo-assinado por melhorias

Na semana passada, os alunos da Escola Estadual Abdon Batista elaboraram um abaixo-assinado pedindo melhorias na merenda, salário dos professores, aumento de professores na escola, novo material pedagógico, infraestrutura e, pelo menos, mais uma merendeira. “90% dos 1,2 mil alunos do colégio assinaram o manifesto”, lembra a aluna Paola Dalpiaz.

O documento foi entregue para a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) nesta semana. Segundo a gerente regional de Educação, Deni Rateke, os pedidos foram respondidos aos organizadores da manifestação.

Sobre a merenda, a gerente explicou que para as escolas que somente têm ensino médio, como a Abdon Batista, o governo do Estado faz uma licitação no começo do ano para a compra de alimentos não-perecíveis. “Isso nunca falta. Recebemos ainda um auxílio do Estado de R\$ 8 mil por ano, que são divididos em quatro parcelas, para a compra de alimentos complementares como frutas, verduras, carnes, bolachas e sucos”, relata a gerente.

O diretor da escola, Vanderli Deulcher, diz que R\$ 8 mil por ano não é o suficiente para atender à demanda de mais de mil alunos. “Mas nunca falta merenda”, afirmou. Fato que os alunos discordam. “Na maioria das vezes, só tem bolacha e, em outras, suco. Às vezes, não tem nada”, contou Paola.

Sobre a infraestrutura, Deulcher diz que a SDR solicitou ao Estado a compra de novas carteiras e cadeiras e que uma nova merendeira será contratada. Deni Rateke ainda lembrou que a compra de novos livros pedagógicos também foi providenciada. “Sobre a contratação de novos professores, infelizmente não depende da SDR e sim da Secretaria Estadual”, explica a diretora.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN-jaraguá	Data: 18/05/2011
Assunto: Greve dos professores marcada para hoje		Página: 5

MOBILIZAÇÃO

Greve dos professores marcada para hoje

Na quarta-feira passada, mais de sete mil profissionais da Educação se reuniram em Florianópolis para protestar contra os baixos salários da categoria e optaram pela greve – que deve começar hoje.

O Sinte/SC exigiu que o Estado aplicasse o piso nacional de R\$ 1.597,87, conforme está previsto na Lei do Piso, calculado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Desde quinta passada, cinco escolas estaduais do Vale do Itapocu – das quais a SDR não divulgou o nome – aderiram à chamada Operação Tartaruga. De acordo com a coordenadora do Sinte regional, Mislene Pickcius, situação comum em períodos que antecedem as greves. “As aulas normais de 45 minutos passam a ter só 30 minutos”, explica Mislene.

O Sinte fará duas reuniões para debater o assunto. A primeira em Guaramirim, às 9 horas, na Câmara de Vereadores. A segunda, em Jaraguá do Sul, às 14 horas, na Escola Estadual Duarte Magalhães.

A gerente de Educação, Deni Rateke, disse que, até segunda, 79 professores da região, de um total de 1,2 mil educadores, confirmaram a participação na greve.



CLIPPING

Veículo: A Coluna	Editoria: Geral	Data: 13/5/11
Assunto: Piso salarial – Paralisação deixa alunos sem aula em escola		Página: 6

Piso salarial

Paralisação deixa alunos sem aula em escolas

Foto: Douglas Torraca

Alunos dos colégios Adelina Régis, Madre Therezinha Leoni e Governador Lacerda tiveram as atividades paralisadas na quarta-feira

Douglas Torraca
douglastorraca@hotmail.com



Com faixas, professores ocuparam Largo da Ferroviária pedindo aprovação do PNE

Videira - Cerca de 100 professores de escolas estaduais de Videira participam da mobilização pela aprovação do PNE (Plano Nacional de Educação) no Largo da Estação Ferroviária, na última quarta-feira, em Videira. Na cidade, três das dez escolas tiveram as atividades suspensas durante a paralisação. Nas outras, as aulas foram parciais.

A paralisação é um protesto pela implementação imediata do piso nacional para a categoria. Munidos de faixas, apitos e usando nariz de palhaço, os manifestantes distribuíram uma lista com as reivindicações aos motoristas e pedestres.

Conforme a Gered (Gerência Geral de Educação), o calendário escolar e os alunos não serão prejudicados com a paralisação, já que as aulas perdidas serão repostas. “É um dia de paralisação. Que-

remos tranquilizar os pais e orientar que o nosso movimento não é contra seus filhos e nem contra a família. Buscamos apoio e entendimento, só estamos reivindicando melhores salários. Esse dia perdido será repostos”, disse

a professora Vera Lucia Skiket, que leciona há 34 anos na região de Videira.

Segundo Vera, os trabalhadores catarinenses recebem um dos piores salários do país (R\$ 609,00), além de enfrentar uma exaustiva jornada de trabalho (40 horas

semanais). “É lamentável o ponto que chegamos de vir a público para reivindicar condições financeiras para trabalhar. Sendo que somos nós os formadores de opinião e da sociedade catarinense. Temos os melhores índices do IDEB e ainda temos o pior salário. Se o Estado tem qualidade na educação é por causa do nosso envolvimento profissional e não por nossas condições. Toda mudança passa pela educação”, salienta.

A classe quer que o Estado cumpra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que votou em abril pela manutenção da lei que criou o piso nacional, fixado em R\$ 1.187,97 para este ano.

220

professores de cinco escolas aderiram ao movimento em Fraiburgo



CLIPPING

Veículo: A Coluna	Editoria: Geral	Data: 13/5/11
Assunto: Piso salarial – Paralisação deixa alunos sem aula em escola		Página: 6

Os profissionais da educação também manifestaram contra o governo Colombo através de uma carta aberta distribuída à comunidade escolar. Segundo o Sinte/SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina), o governo catarinense não deu sinais de que irá cumprir a lei, e, também ainda não informou aos trabalhadores e nem ao sindicato sua real intenção com o piso. “O Governo Colombo enrola os trabalhadores em Educação e empurra com a barriga a aplicação da Lei, mesmo tendo perdido no Supremo uma ação contra o Piso”, alega a nota do Sinte/SC.

Os educadores se reuniram em outros municípios da região para discutir o piso salarial e ações para reivindicar o pagamento.

Professores aprovam indicativo de greve para o dia 18

Reunidos em Assembleia Geral na noite de quarta-feira (11), os trabalhadores em educação do Estado do Estado decidiram deflagrar greve geral por tempo indeterminado a partir do dia 18 (quarta-feira) caso o governo estadual não atenda às reivindicações da categoria. Até lá, as atividades serão parciais nas escolas estaduais, a partir desta sexta-feira (13).

Na Assembleia em Florianópolis estiveram presentes aproximadamente 4,5

mil trabalhadores com representações de todas as regionais que aprovaram por unanimidade o movimento.

Apesar da greve, o governo continua no propósito de só decidir sobre o piso depois do acórdão do STF publicado. O Estado reluta em fixar o piso sem considerar os abonos incorporados ao valor.

Em nota divulgada à imprensa, a Secretaria Estadual de Educação lamentou o indicativo de greve dos professores catarinenses:

Fraiburgo

No município, aproximadamente 220 professores de cinco escolas aderiram ao movimento de protesto. Parte deles se reuniu na quarta-feira (11) no prédio do antigo Ceproff (Centro de Profissionalização de Fraiburgo).

Na ocasião, o grupo discutiu a situação estadual da categoria e a relação entre professores e Governo do Estado, horas antes da Assembleia dos educadores decidir pelo indicativo de greve.

“A gente espera que o Governo atenda as nossas reivindicações”, disse Celso Peroto, conselheiro do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Santa Catarina).

O dia de paralisação de aula deve ser repostos pelos professores. A garantia foi dada por Peroto, durante a reunião no Ceproff. (Com Renato De Souza)

Pauta de reivindicações enviada ao Governo:

Realização imediata de concurso público para ingressos no magistério;

Revisão da Lei dos ACTs;

Gestão democrática e respeito à autonomia das escolas, solução para os problemas estruturais, de segurança e de mobilidade nas escolas;

Revisão política de municipalização;

Fim das terceirizações na área da Educação; Regulamentação da lei 412/2008 que prevê o reajuste das aposentadorias por invalidez permanente;

Estabelecimento de um calendário para prosseguimento das negociações;



CLIPPING

Veículo: A Coluna	Editoria: Geral	Data: 13/5/11
Assunto: Piso salarial – Paralisação deixa alunos sem aula em escola		Página: 6

O que diz o governo?

Nota oficial

A Secretaria de Estado da Educação lamenta a decisão do Sinte/SC de aprovar em assembleia indicativo de paralisação dos professores:

- Nossa gestão desde o início demonstrou abertura e transparência com a entidade, oportunizando o diálogo para busca de conquistas e valorização da categoria;
- Iniciamos negociações com audiência na SED, visita à sede do SINTE, sempre demonstrando boa vontade em achar uma solução, que julgamos deva ser conjunta.
- A Secretaria de Estado da Educação é defensora da melhoria salarial e valorização dos professores e funcionários e já manifestou a intenção de cumprir o pagamento do Piso Nacional do Magistério;
- A partir deste mês de maio, nenhum servidor da Secretaria de Estado da Educação terá remuneração menor que o piso de R\$ 1.187,97;
- Entendemos a ansiedade da classe pela aplicação imediata do piso, mas é necessária prudência, até termos a publicação do acórdão do Supremo Tribunal Federal, para quantificarmos a extensão da sentença e o impacto que causará na folha de pagamentos;
- Movimentos de paralisação como os decididos pelo Sinte prejudicam a sociedade catarinense, em especial os alunos da rede pública estadual de ensino, que precisam de atenção, de ensino de boa qualidade para construirmos uma sociedade melhor.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 18/5/11
Assunto: Certo		Página: 43

Certo

Se a nova recomendação do MEC, de afrouxamento dos plurais, estiver mesmo valendo, a turma lá de Paulo Lopes que “são” fogo não está mais errada.

A propósito, Tiririca está firme na sua campanha para ministro da Educação.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 18/5/11
Assunto: Errou? Tá liberado		Página: 2



ERROU? TÁ LIBERADO

Agora, que até o Ministério da Educação liberou a escrita de forma errada, nem dá mais para reclamar de placas como a do ferro-velho em Tubarão. Mas que é feio... ah, isso é!

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 18/5/11
Assunto: (Sem título)		Página: 40

*Investir em
educação é
investir em
segurança.
Justamente estes
dois setores do
serviço público
estão entrando
em colapso,
por falta de
valorização dos
profissionais e
planejamento.*

*Eduardo Valle
Por e-mail*



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	Data: 18/05/2011
Assunto: Guarda de olho nas escolas		Página: 8

Guarda de olho nas escolas

Projeto da corporação é se aproximar do cotidiano dos estudantes

ANITA MARTINS

anita@noticiasdodia.com.br

[@anita_nd](https://twitter.com/anita_nd)

FLORIANÓPOLIS — A Guarda Municipal lançou ontem o projeto Ronda Escolar, que projeta diminuir os problemas de segurança na rede municipal de educação. O trabalho começou na Escola Básica Municipal Almirante Carvalhal, em Coqueiros, com uma brincadeira para conscientizar os alunos sobre o respeito à faixa de pedestres. Além da função educativa, todos os dias, de manhã e de tarde, quatro guardas municipais, em duas viaturas, vão visitar colégios e conversar com funcionários, pais e alunos para identificar o que precisa ser resolvido em cada local.

“Tomaremos as atitudes necessárias no que for de nossa competência ou repassaremos a questão para os órgãos devidos. Se for venda de drogas, a Polícia Civil pode fazer uma investigação. Se for a necessidade de um muro mais alto, fica com a Secretaria de Obras”, explica o comandante Ivan Couto Júnior.

Inicialmente, 16 colégios apontados como os mais problemáticos serão atendidos pelo programa: “A dificuldade pode ser interna ou externa. Às vezes, um aluno perturba e desestabiliza os outros. Às vezes, os arredores causam distúrbios”, diz Júnior.

Objetivo.
Na Escola Luiz Cándido da Luz, na Vargem do Bom Jesus, as crianças são envolvidas com a criminalidade ao redor delas. “Queremos que o clima seja de estudo”, diz Couto



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	Data: 18/05/2011
Assunto: Guarda de olho nas escolas		Página: 8



ROSANE LIMA/ND

A ideia é diminuir a violência

Combater e prevenir casos de violência é um dos principais objetivos da ronda escolar. No mês passado, um adolescente de 17 anos foi apreendido pela Polícia Militar por porte ilegal de arma nas imediações do Instituto Estadual de Educação. Dias antes, um rapaz, também de 17 anos, mostrava uma pistola 380 a um colega em frente à Escola Básica Silveira de Souza, no Centro.

O secretário municipal de Educação, Rodolfo Pinto da Luz, conta que a venda de drogas é o maior problema nos colégios. Outras ocorrências comuns são circulação de pessoas estranhas, briga entre alunos, agressão de estudantes a professores e ameaça de pais a trabalhadores da educação.

“Toda semana recebemos pedidos da secretaria para atender escolas. Com a ronda, o guarda já vai conhecer os funcionários, saber quem são os alunos que costumam incomodar”, diz o comandante da Guarda Municipal.

Pedestres. O respeito à faixa de segurança foi abordado na escola Almirante Carvalhal



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Geral	Data: 18/5/11
Assunto: E mais melhor escrever assim?		Página: 11

EDUCAÇÃO

É mais melhor escrever assim?

MEC mantém decisão de adotar cartilha que estimula erros gramaticais

BRASÍLIA - Os trechos acima integram a cartilha Por Uma Vida Melhor, lançada esta semana, que está provocando polêmica entre especialistas. O livro distribuído pelo Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos troca os conceitos de certo e errado por adequado e inadequado para justificar os problemas gramaticais. A autora, Heloísa Ramos, defende a supremacia da linguagem oral sobre a escrita. A partir daí, frases como nós pega o peixe poderiam ser consideradas corretas.

Escritores, professores e a Associação Brasileira de Letras (ABL) reagiram. Mas o Ministério da Educação, que autorizou o uso da cartilha nas escolas, manteve a decisão de adotá-la.

No Brasil, são 485 mil jovens e adultos que receberam a publicação. Em Santa Catarina, 64.191 estudantes frequentam o EJA. O governo estadual deu autonomia para as escolas decidirem se querem usar o livro ou manter o antigo, mas o material ainda não chegou.

– Não somos o Ministério da Verdade. O ministro não faz análise dos livros didáticos, não interfere no conteúdo. Já pensou se tivéssemos que dizer o que é certo ou errado? Aí, sim, o ministro seria um tirano – afirmou um auxiliar do ministro Fernando Haddad.

A ABL criticou, em nota:

– Todas as feições sociais do nosso idioma constituem objeto de disciplinas científicas, mas bem diferente é a tarefa do professor de Língua Portuguesa, que espera encontrar no livro didático o respaldo dos usos da língua padrão.

Para Mirian Paura, professora da Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, as obras do MEC deveriam conter a norma culta:

– O professor pode falar na sala de aula que temos outra linguagem, a popular, como se fosse um dialeto. Mas os livros servem para os alunos aprenderem o conhecimento erudito.



Autor de livros infantis e sobre Machado de Assis, o escritor Luiz Antônio Aguiar também é contra:

– Mais uma vez, no lugar de ensinar, vão rebaixar tudo à ignorância.

O articulador da Educação Básica da Secretaria de Educação de Santa Catarina, Isaac Ferreira, discorda:

– Eles sempre deixaram claro a diferença entre fala e escrita. Sempre contextualizaram quando os exemplos podem ser usados. São livros que não desconsideram o modo de falar das pessoas – defende Ferreira, que é estudioso em Linguística.

Em nota distribuída na semana passada, quando a polêmica se tornou pública, o MEC informou que a norma culta será sempre a exigida nas provas e avaliações, mas que o livro estimula a formação de cidadãos que usem a língua com flexibilidade. O propósito também, segundo o MEC, é discutir o mito de que há apenas uma forma de se falar corretamente. Ainda segundo o ministério, a escrita deve ser o espelho da fala.



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Geral	Data: 18/5/11
Assunto: Universidade aprovou obra		Página: 12

EDUCAÇÃO

Universidade aprovou a obra

Uma comissão formada por professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) aprovou o livro *Por Uma Vida Melhor*, que defende o desuso da norma culta. O livro foi escolhido por 4.236 escolas, que definiram a obra “mais apropriada a cada contexto”, considerando as “propostas pedagógicas e curriculares desenvolvidas”, informou o MEC.

Cercado pela polêmica que o livro levantou, o MEC observa que a seleção do conteúdo didático não coube ao ministério. Os livros do Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos são encaminhados para uma comissão, responsável pela avaliação e seleção.

No caso de *Por Uma Vida Melhor*, o debate ficou entre um grupo de docentes da UFRN. Depois de aprovadas, as obras são colocadas à disposição no Guia do Livro Didático. O MEC arca com as despesas dos livros.